



TERMO DE REFERÊNCIA

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gases medicinais, compreendendo oxigênio medicinal gasoso em cilindros de diversas capacidades, oxigênio líquido medicinal e óxido nitroso medicinal, com disponibilização de cilindros e tanque criogênico em regime de comodato, incluindo instalação, manutenção, transporte e demais serviços correlatos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS.

1.2. Especificação do objeto:

LOTE 01 – Ampla Concorrência						
Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Und.	Qtd.	Valor Un. Estimativa	Valor Total Estimativa
1	002.003.040	ÓXIDO NITROSO MEDICINAL EM CILINDRO DE 7 KG. Óxido nitroso medicinal destinado ao uso odontológico em procedimentos de sedação consciente, acondicionado em cilindros de 7 kg. O fornecimento será realizado com base na quantidade efetivamente fornecida (kg), aferida por pesagem ou controle certificado, mediante sistema de troca de cilindros em regime de comodato. A contratada deverá disponibilizar inicialmente, no mínimo, 21 (vinte e um) cilindros, garantindo rastreabilidade, identificação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Kg	588	R\$ 132,39	R\$ 77.845,32
3	002.035.017	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 1,5 M³ (10 LITROS). Oxigênio medicinal gasoso, acondicionado em cilindro com capacidade aproximada de 1,5 m³ (10 litros), destinado ao uso odontológico, especialmente como suporte à sedação consciente. O	Un	252	R\$ 248,60	R\$ 62.647,20



		fornecimento deverá ocorrer mediante sistema de troca de cilindros, em regime de comodato. A contratada deverá disponibilizar inicialmente, no mínimo, 63 (sessenta e três) cilindros, assegurando rastreabilidade, identificação e atendimento às normas sanitárias vigentes.				
Valor Total Estimado Lote 01: R\$ 140.492,52						

LOTE 02 – Ampla Concorrência						
Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Und.	Qtd.	Valor Un. Estimativa	Valor Total Estimativa
2	002.003.039	OXIGÊNIO LÍQUIDO MEDICINAL. Oxigênio líquido medicinal, fornecido conforme consumo efetivo, destinado ao abastecimento de tanque criogênico instalado em unidade de saúde. A contratada deverá disponibilizar 01 (um) tanque em regime de comodato, com capacidade mínima de 3.000 m³, dimensionado para garantir autonomia de abastecimento, incluindo instalação, manutenção, monitoramento e sistemas de segurança, conforme normas técnicas e sanitárias vigentes.	M³	80.000	R\$ 9,00	R\$ 720.000,00
4	002.035.016	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 10 M³. Oxigênio medicinal gasoso, destinado ao abastecimento de cilindros com capacidade nominal de 10 m³, com fornecimento mensurado por metro cúbico (m³) efetivamente consumido. O fornecimento ocorrerá mediante sistema de troca de cilindros, disponibilizados em regime de comodato. A contratada deverá disponibilizar inicialmente, no mínimo, 20 (vinte) cilindros, garantindo a continuidade do fornecimento e o atendimento às normas sanitárias aplicáveis.	Un	6.000	R\$ 38,40	R\$ 230.400,00



5	002.035.014	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 2 M³. Oxigênio medicinal gasoso, com pureza mínima de 99,5%, acondicionado em cilindro com capacidade nominal de 2 m³, destinado ao uso hospitalar. O fornecimento deverá ocorrer mediante sistema de troca de cilindros (retirada do vazio e entrega de cheio), com disponibilização dos recipientes em regime de comodato, sem ônus adicional para a contratante. A contratada deverá disponibilizar inicialmente, no mínimo, 20 (vinte) cilindros, garantindo a continuidade do atendimento, bem como assegurar a rastreabilidade do produto e identificação dos cilindros, conforme normas sanitárias vigentes.	Un	600	R\$ 275,48	R\$ 165.288,00
6	002.035.015	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 3 M³. Oxigênio medicinal gasoso, com pureza mínima de 99,5%, acondicionado em cilindro com capacidade nominal de 3 m³, destinado ao uso em unidades de saúde. O fornecimento será realizado mediante sistema de troca, com cilindros disponibilizados em regime de comodato. A contratada deverá disponibilizar inicialmente, no mínimo, 20 (vinte) cilindros, assegurando a rastreabilidade, identificação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Un	1.500	R\$ 314,80	R\$ 472.200,00
Valor Total Estimado Lote 02: R\$ 1.587.888,00						

1.3. Nos termos dos artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, os lotes da presente licitação cuja estimativa de valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são destinados exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme indicado nas tabelas do item 1.2.

1.3.1. Para os lotes cuja estimativa de valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será admitida a ampla concorrência de empresas, tendo em vista a impossibilidade



de reservar cotas para itens individuais dentro do mesmo lote, conforme indicado nas tabelas do item 1.2.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

Do Prazo de Vigência da Contratação

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (meses) ano, contado do dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial do órgão ou da divulgação no PNCP, conforme estabelece o artigo 22 do Decreto Municipal nº 72/2025.

1.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, hipótese em que os quantitativos fixados na licitação serão renovados para o novo período de vigência, de acordo com o artigo 23 do Decreto Municipal nº 72/2025.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de gases medicinais destinados ao atendimento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, compreendendo oxigênio medicinal gasoso em cilindros de diversas capacidades, oxigênio líquido medicinal e óxido nitroso medicinal, com disponibilização dos recipientes e equipamentos necessários em regime de comodato, incluindo serviços correlatos de instalação, manutenção e abastecimento.

2.2. Os gases medicinais constituem insumos essenciais à execução das atividades assistenciais da rede pública municipal de saúde, sendo indispensáveis em atendimentos de urgência e emergência, suporte ventilatório, terapias respiratórias, estabilização de pacientes, remoções, procedimentos clínicos e odontológicos, bem como em demais situações em que o suporte de oxigênio ou a sedação consciente se façam necessários.

2.3. No âmbito do atendimento médico-hospitalar, destaca-se a relevância do oxigênio medicinal para pacientes acometidos por insuficiência respiratória, crises asmáticas,



pneumonias, intercorrências cardiovasculares, traumas e demais quadros agudos que demandam intervenção imediata. A indisponibilidade desse insumo compromete diretamente a capacidade operacional das unidades de saúde, especialmente do Pronto Socorro Municipal, principal ponto de atendimento ininterrupto da rede, podendo ocasionar agravamento clínico, transferências evitáveis e risco à vida dos usuários.

2.4. O oxigênio líquido medicinal apresenta-se como solução tecnicamente adequada para unidades com elevado consumo, permitindo armazenamento em tanque criogênico e abastecimento contínuo, com maior eficiência logística, redução de trocas manuais de cilindros e incremento da segurança operacional. Já o fornecimento de cilindros em diferentes capacidades permite atendimento descentralizado às demais unidades e suporte em deslocamentos e emergências.

2.5. Quanto ao óxido nitroso medicinal, sua utilização mostra-se relevante nos serviços odontológicos municipais, especialmente em procedimentos que demandam sedação consciente para controle de ansiedade, dor e desconforto do paciente, ampliando a humanização do atendimento e contribuindo para maior efetividade clínica, sobretudo em crianças, pessoas com deficiência e pacientes com maior sensibilidade aos procedimentos.

2.6. Sob a perspectiva do interesse público, a ausência de contratação regular e planejada desses insumos pode ocasionar descontinuidade de serviços essenciais de saúde, suspensão de procedimentos, aumento da judicialização, sobrecarga em unidades regionais e prejuízo à qualidade da assistência prestada à população. Trata-se, portanto, de demanda diretamente vinculada à preservação da vida, à dignidade da pessoa humana e à garantia do direito fundamental à saúde.

2.7. Dessa forma, evidencia-se a necessidade da contratação pretendida como medida indispensável para manutenção da regularidade dos serviços públicos de saúde, promoção da eficiência administrativa, segurança assistencial e atendimento adequado à população usuária do Sistema Único de Saúde no Município de Bataguassu/MS

2.7. A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:



I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de republicação no PNCP: 05/05/2026

IV) Id do item no PCA: 200/2026

V) Classe/Grupo: materiais.

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de gases medicinais destinados ao atendimento da rede municipal de saúde de Bataguassu/MS, contemplando oxigênio medicinal gasoso em cilindros de diversas capacidades, oxigênio líquido medicinal e óxido nitroso medicinal, de forma parcelada e conforme a demanda da Administração.

3.2. A contratação deverá abranger, além do fornecimento dos insumos, a disponibilização de cilindros e tanque criogênico em regime de comodato, sem ônus adicional ao Município, incluindo instalação inicial, adequações necessárias, testes operacionais, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos defeituosos, assistência técnica especializada e retirada dos recipientes quando encerrada a contratação.

3.3. O abastecimento do oxigênio líquido medicinal será destinado à unidade de maior consumo da rede municipal, especialmente o Pronto Socorro Municipal, mediante tanque criogênico com capacidade compatível à demanda local, devendo a contratada realizar monitoramento periódico e reabastecimento preventivo, de modo a evitar níveis críticos e assegurar continuidade plena do atendimento.

3.4. Para as demais unidades de saúde e demandas descentralizadas, o fornecimento ocorrerá por meio de cilindros em capacidades diversas, mediante sistema de troca entre recipientes vazios e cheios, garantindo agilidade logística, mobilidade operacional e atendimento às especificidades de cada setor, inclusive transporte de pacientes, atendimentos domiciliares, suporte emergencial e serviços odontológicos.

3.5. Quanto ao óxido nitroso medicinal, seu fornecimento deverá ocorrer em conformidade com as necessidades dos serviços odontológicos municipais,



assegurando compatibilidade técnica com os equipamentos utilizados e observando a utilização concomitante de oxigênio medicinal nos procedimentos de sedação consciente.

3.6. Todos os gases fornecidos deverão observar rigorosamente os padrões de qualidade, pureza, rastreabilidade e segurança exigidos pela legislação sanitária vigente, especialmente normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, cabendo à contratada comprovar regularidade técnica e sanitária, bem como garantir transporte adequado e armazenamento seguro até a entrega.

3.7. A execução contratual deverá prever atendimento ordinário em prazo compatível com a rotina administrativa e atendimento emergencial em prazo reduzido, diante da natureza essencial do objeto, assegurando pronta resposta em situações críticas que envolvam risco à saúde ou à continuidade dos serviços.

3.8. A solução contempla, ainda, gestão contratual baseada em requisições parceladas, fiscalização técnica da execução, controle de estoque mínimo operacional e acompanhamento do desempenho da contratada, visando maior eficiência administrativa.

3.9. Dessa forma, a solução como um todo mostra-se apta a atender de maneira integrada, contínua e segura as necessidades assistenciais do Município, reduzindo riscos de desabastecimento, racionalizando custos operacionais e garantindo suporte adequado aos serviços públicos de saúde.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Especificação do Objeto

4.1. Fornecimento de gases medicinais, compreendendo oxigênio medicinal gasoso em cilindros de diversas capacidades, oxigênio líquido medicinal e óxido nitroso medicinal, com disponibilização de cilindros e tanque criogênico em regime de comodato, incluindo instalação, manutenção, transporte, substituição de equipamentos e suporte técnico.

4.2. A contratada deverá disponibilizar todos os cilindros e o tanque criogênico em regime de comodato, sem ônus adicional para a contratante, sendo responsável por sua instalação, funcionamento e adequação às normas técnicas.



4.2.1. A empresa contratada ficará encarregada de acionar os órgãos competentes e concessionárias de serviços públicos (energia elétrica, por exemplo) para as tratativas referentes a licenças e interrupção de funcionamento dos serviços para instalação e/ou retirada do tanque criogênico.

4.2.1. As despesas de instalação e retirada do tanque criogênico são de total responsabilidade da contratada.

4.3. O quantitativo mínimo inicial de cilindros estabelecido no descritivo do item não limita a obrigação da contratada, devendo esta disponibilizar cilindros adicionais sempre que necessário, observada a demanda da contratante e os quantitativos estimados do processo, de modo a garantir a continuidade dos serviços de saúde.

4.4. Os cilindros deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente identificados por número de série individual, atendendo às normas técnicas e sanitárias vigentes.

4.5. Não será admitido o fornecimento de cilindros com avarias, vazamentos, corrosão, ausência de identificação ou quaisquer condições que comprometam a segurança e a integridade do produto.

4.6. O tanque criogênico deverá atender integralmente às normas de segurança aplicáveis, incluindo dispositivos de controle, válvulas de segurança, reguladores e demais componentes necessários ao seu pleno funcionamento.

4.7. A contratada deverá assegurar a rastreabilidade completa dos gases medicinais fornecidos, incluindo identificação por lote, data de envase, validade, origem do produto e identificação individual dos cilindros.

4.8. Todos os processos de envase, armazenamento, transporte e distribuição deverão estar em conformidade com as normas sanitárias vigentes, garantindo a integridade e segurança do produto até sua utilização final.

4.9. A contratada deverá dispor de estrutura logística compatível com a execução do objeto, incluindo veículos adequados para transporte de produtos perigosos, devidamente regularizados, bem como equipe técnica capacitada para manuseio, entrega e instalação dos equipamentos.

4.10. Deverá garantir a integridade dos gases medicinais durante todas as etapas de transporte e entrega, observando as normas de segurança e acondicionamento.



4.11. Todos os custos diretos e indiretos deverão estar inclusos na proposta apresentada, incluindo transporte, instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de cilindros e tanque, encargos operacionais, tributos e quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto.

4.12. Não será admitida a cobrança adicional pelo comodato dos equipamentos ou por serviços inerentes ao fornecimento.

4.13. A contratada será responsável por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato.

4.14. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação vigente aplicável à execução do contrato, incluindo normas sanitárias, ambientais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como demais regulamentos pertinentes ao fornecimento de gases medicinais.

4.15. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.16. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

4.17. Todas as despesas decorrentes da execução do objeto são responsabilidade exclusiva da contratada, inclusas as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

4.18. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, notadamente no que tange a Lei nº 14.967/2024, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Subcontratação

4.19. Não será admitida a subcontratação do objeto.

Garantia da contratação

3.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da licitação.



V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento dos bens ocorrerá de forma parcelada, com **prazo de entrega máximo de 07 (sete) dias corridos**, contados do recebimento da autorização de fornecimento.

5.1.1. Nos **casos de urgência ou emergência**, entendidos como situações excepcionais em que haja risco de desabastecimento do produto, o atendimento deverá ocorrer no **prazo máximo de até 6 (seis) horas**, garantindo a continuidade dos serviços de saúde.

5.1.3. O prazo para instalação do tanque criogênico é de **10 (dez) dias corridos**, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos locais indicados na autorização de fornecimento, podendo ser:

5.2.1. Pronto Socorro Municipal, localizado na Av. Dias Barroso, nº 220, Centro, Bataguassu/MS;

5.2.2. ESF Emiko Resende, localizado na Av. Manoel da Costa Lima, s/n, Distrito de Nova Porto XV, em Bataguassu/MS.

5.3. O prazo de validade dos produtos na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

5.4. O fornecimento deverá ocorrer de forma contínua, parcelada e conforme demanda da contratante, em razão da natureza essencial dos serviços de saúde.

5.5. Para os gases acondicionados em cilindros, deverá ser adotado o sistema de troca, com retirada dos recipientes vazios e entrega de cilindros cheios, em condições adequadas de uso.

5.6. Para o oxigênio líquido medicinal, o fornecimento deverá ocorrer mediante abastecimento direto em tanque criogênico instalado na unidade de Pronto Socorro do Município, com medição por consumo efetivo.

5.7. A execução contratual deverá garantir a continuidade do fornecimento, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas, sem prejuízo da adoção de medidas imediatas para mitigação de riscos e regularização do abastecimento.

Materiais a serem disponibilizados



5.8. A contratada deverá disponibilizar todos os cilindros e o tanque criogênico em regime de comodato, sem ônus adicional para a contratante, sendo responsável por sua instalação, funcionamento e adequação às normas técnicas.

5.9. O quantitativo mínimo inicial de cilindros estabelecidos no descritivo dos itens não limita a obrigação da contratada, devendo esta disponibilizar cilindros adicionais sempre que necessário, observada a demanda da contratante e os quantitativos estimados do processo, de modo a garantir a continuidade dos serviços de saúde.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.11. A contratada deverá garantir que todos os gases medicinais fornecidos atendam integralmente aos padrões de qualidade, pureza e segurança exigidos pela legislação sanitária vigente, responsabilizando-se pela conformidade dos produtos durante toda a execução contratual.

5.12. Os cilindros e o tanque criogênico disponibilizados em regime de comodato deverão estar em perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança, sendo garantida sua integridade estrutural, vedação, funcionamento adequado de válvulas, reguladores e demais componentes.

5.13. A contratada será responsável pela substituição imediata, sem ônus adicional para a contratante, de qualquer cilindro ou equipamento que apresente defeito, vazamento, avaria, falha de funcionamento ou qualquer condição que comprometa a segurança ou a continuidade do fornecimento.

5.14. Caso seja constatada não conformidade nos gases fornecidos, a contratada deverá realizar a substituição imediata do produto, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.15. A garantia abrange, ainda, todos os serviços relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, armazenamento, instalação e abastecimento, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada assegurar a qualidade e integridade do produto até sua efetiva utilização.



5.16. A contratada deverá prestar assistência técnica integral durante toda a vigência da ARP, garantindo o pleno funcionamento dos cilindros e do tanque criogênico disponibilizados.

5.17. Deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo inspeções periódicas, testes de segurança, regulagem de válvulas, verificação de estanqueidade e substituição de componentes quando necessário.

5.18. A assistência técnica deverá ser prestada sempre que solicitada pela contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, e, em casos de urgência, no prazo máximo de até 6 (seis) horas.

5.19. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado para orientação quanto ao uso adequado dos gases medicinais, operação dos equipamentos e resolução de eventuais intercorrências.

5.20. Deverá manter equipe técnica qualificada e devidamente treinada para atendimento das demandas, garantindo a segurança e a eficiência na execução dos serviços.

5.21. A contratada será responsável pela substituição imediata de equipamentos que não possam ser reparados em tempo hábil, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços de saúde.

5.22. A contratada será responsável por todos os custos relacionados à garantia e à assistência técnica, incluindo deslocamento de equipe, fornecimento de peças, manutenção, substituição de equipamentos e quaisquer outros serviços necessários.

5.23. Deverá assegurar que todas as intervenções técnicas sejam realizadas em conformidade com as normas sanitárias e de segurança vigentes.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



6.7. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo indicado neste instrumento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.11. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de



pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE.



Forma de fornecimento

8.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme solicitação da Secretaria demandante.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista



8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

8.18. Apresentação de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de fornecimentos compatíveis com o objeto da contratação, relacionados à gases medicinais.



8.18.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD. TOTAL	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
1	OXIGÊNIO LÍQUIDO MEDICINAL. Oxigênio líquido medicinal, fornecido conforme consumo efetivo, destinado ao abastecimento de tanque criogênico instalado em unidade de saúde. A contratada deverá disponibilizar 01 (um) tanque em regime de comodato, com capacidade mínima de 3.000 m³, dimensionado para garantir autonomia de abastecimento, incluindo instalação, manutenção, monitoramento e sistemas de segurança, conforme normas técnicas e sanitárias vigentes.	M³	80.000	40.000

8.19. Alvará Sanitário expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, para exercer atividade compatível com o objeto licitado.

8.20. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela ANVISA das empresas que eventualmente venham a disputar o certame, conforme exigência da RDC n. 16/2014 e suas alterações.

8.21. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, que deverá apresentar no prazo mínimo de 02 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação, sob pena de desclassificação.

IX. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.728.380,52 (um milhão, setecentos e vinte e oito mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos nas tabelas do item 1.2.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a



execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bataguassu-MS, 07 de maio de 2026.

Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso
Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Geovani Tavares Martim
Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Taylla Jacqueline Moraes Souza
Coordenadora de Pronto Atendimento
Matrícula 117690

Aprovado por:

Aline da Silva Cauneto
Secretária Municipal de Saúde